



**DESPACHO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais e locados do Município de Arapiraca, por meio de sistema eletrônico, com a utilização de cartões magnéticos ou microprocessador (chip), de aceitação para aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10), em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos, conforme quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**REF. IMPUGNAÇÃO**

**IMPUGNANTE:** TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A

A Coordenadoria Geral de Licitações, através do seu Pregoeiro Tiago de Almeida Silva, encaminha-nos documento pertinente a Impugnação formulada pela Empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, pessoa jurídica de direito privado, identificada em sua peça recursal como estabelecida na Rua Machado de Assis, nº 50 Prédio 2, Santa Lucia, em Campo Bom-RS, cujo CNPJ não identificou, referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2023, desta Prefeitura, ao qual passamos a tecer algumas considerações no presente Despacho:

O artigo 41 da Lei de Licitações e Contratos, 8.666/93 prevê como legitimados a impugnar o edital de licitação: o cidadão (§ 1º) e o licitante (§ 2º), assim, também, dispõe o art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

Isto posto, entendemos, consoante despacho da Coordenação Geral de Licitações, através de seu Pregoeiro, estão atendidos os pressupostos de admissibilidade, e passamos, grosso modo, a analisar os fatos ventilados na impugnação.

A impugnante contesta, em sua peça, no subitem 1, do item II, os critérios de qualificação econômico-financeira". No presente deixemos de tecer nosso breve entendimento, considerando que, de acordo com o Ofício CGL.PREGÃO/SMGP Nº 036/2023, de lavra do Pregoeiro, "...já foi pacificada em processo licitatório anterior através do parecer nº 982/2022-PGM...". Ficando, portanto a mercê do Pregoeiro.

Com pertinência ao item 2. DA MÉDIA ANP, de sua peça impugnante, transcrevemos o que explicita o Termo de Referência: "*O faturamento mensal deverá ser feito conforme a síntese de preço médio mensal da ANP praticada no Município de Arapiraca-AL, do mês referente ao consumo realizado, divulgado pela ANP, e posteriormente aplicada a taxa de administração ofertada pela empresa ganhadora.*"





Verifica-se, que o pagamento dar-se-á de acordo com o preço médio mensal da ANP praticado no Município de Arapiraca, aplicada a taxa de administração ofertada pela empresa ganhadora.

Quanto a essa exigência, assim sugere a Impugnante:

*"Em referência aos itens impugnado, a Administração pagaria o menor valores entre a bomba e o médio publicado na ANP". Sugere que e a Prefeitura de Arapiraca adote a seguinte metodologia:*

1ª opção: o gestor/fiscal do contrato verifica os valores praticados pelos estabelecimentos credenciados e determina em quais postos a Prefeitura deveria realizar os abastecimentos, emitindo de forma periódica a relação daqueles com menores preços, e assim autorizaria o abastecimento;

2ª opção: os veículos abasteceriam em qualquer posto, independente de trava no sistema de gestão fornecido pela futura contratada, glosando, após o abastecimento, os postos que apresentarem diferenças de valores pagos da empresa gerenciadora licitada, *"..como se fosse a própria fornecedora de combustível."*

Ora, como pode a Prefeitura de Arapiraca, intervir na negociação entre Postos de Gasolina e a empresa gerenciadora do sistema de abastecimento, futura contratada? Afinal, estamos licitando para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais e locados do Município de Arapiraca, por meio de sistema eletrônico, **com a utilização de cartões magnéticos ou microprocessador (chip), de aceitação para aquisição de combustíveis em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos**, e não os postos de abastecimentos.

Porquanto, nenhuma das duas opções trariam benefícios econômicos e de atividade administrativa para a Prefeitura de Arapiraca, considerando que nossos veículos, principalmente ambulâncias e aqueles que transportam pacientes para hemodiálises, bem como aqueles em viagens administrativas, se deslocam, diariamente, para outras sedes, cuja distância, quase sempre, exige a realização de abastecimentos fora da sede.

Ademais, a Administração Municipal, ao adotar o sistema de gerenciamento de frotas, além de aumentar as opções de abastecimento, trará outras vantagens como o controle do abastecimento, gerando relatórios de acompanhamento desse consumo, o que agiliza essas atividades administrativas; com nossos veículos não restrito a um único ou poucos postos de abastecimento, mas em diversas cidades e postos de combustíveis previamente cadastradas pela empresa fornecedora do serviço, dando grande flexibilidade à Administração, reduzindo os entraves burocráticos para essa atividade, sem incorrer em risco de sobrefaturamento, tendo em vista, adotar-se como parâmetro de preços, aqueles levantados pela ANP.

É cediço que a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis por meio de uma pesquisa semanal de mercado, abrangendo todos os Estados, capitais brasileiras e algumas cidades, demonstrando as localidades que foram consultadas, o número de estabelecimentos pesquisados, o período da sondagem, a média de preços, desvio padrão, preços mínimos e valores máximos praticados.





Nota-se, portanto, que o levantamento feito pela ANP demonstra ser mais relevante do que o aquele, porventura, realizado pela Administração Municipal, através de servidor público, em visita a postos de abastecimento de combustíveis, sujeito a erros e omissões. Portanto, a sondagem feita pela ANP serve como parâmetro para saber se os valores das propostas e das contratações dos licitantes estão compatíveis com os praticados no mercado, sendo bastante utilizada pelos Tribunais de Contas na apuração de eventuais sobrepreços nas contratações públicas.

Assim entendeu o Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR *“que a tabela de preços da ANP pode ser utilizada como critério de aferição da variação dos valores dos combustíveis visando recompor os preços dos contratos, mesmo em localidade não participante da pesquisa da agência.”*

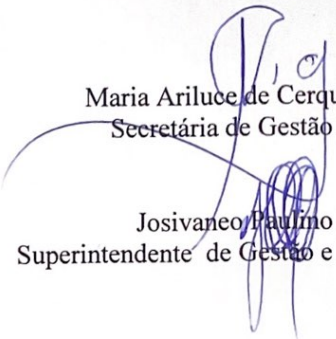
*Por sua vez, o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia – TCM/BA, também entendeu que “os valores médios divulgados pela ANP, possuem o fito de evitar eventual superfaturamento nos preços dos combustíveis cobrados pelos postos credenciados, bem como viabilizar a economicidade, já que os gerenciadore***s deverão buscar maior quantidade de fornecedores para atender à Administração Municipal”***”.*

*Outrossim, o Tribunal de Contas da União - TCU aduziu que, “quanto ao reajuste do preço do combustível, o mesmo não terá como referência o preço praticado na bomba, tendo em conta que o valor poderá ser diferente de posto para posto, mas, analogamente ao critério de aceitação de propostas no certame, a média apurada e divulgada pela ANP para estados e municípios, considerando que os aumentos dos combustíveis são regulados pelo governo federal. Portanto, é possível admitir que se trata de uma medida de segurança para a contratante, com vistas a evitar custos para abastecimentos e reajustes com percentuais abusivos”.* “

Fonte de pesquisa: <https://www.consultordoprefeito.org/single-post/pesquisa-da-anp-pode-ser-usada-no-termo-de-referencia>

Por fim, salvo melhor juízo, entendemos que a Impugnação formulada não deve prosperar, cabendo a Comissão de Licitação/Pregoeiro julgar procedente ou improcedente as alegações constantes da peça impugnatória.

Arapiraca, 16 de março de 2022.

  
Maria Ariluce de Cerqueira Silva  
Secretária de Gestão Pública

Josivaneu Paulino Leite  
Superintendente de Gestão e Monitoramento.